

Reportagem:

Iniciativas inovadoras na gestão pública federal são premiadas na 16ª edição do Concurso Inovação

por Dominique Lima

O 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal consagrou a iniciativa “e-Processo”, da Receita Federal, que conquistou o primeiro lugar entre as 10 premiadas dessa edição. Como prêmio, um representante da equipe responsável pela prática inovadora participará de visita técnica



à França. A revelação foi feita durante a cerimônia de anúncio da classificação e da premiação das experiências, realizada em 27 de março, no auditório da ENAP. O evento também marcou os lançamentos do livro contendo o relato das experiências premiadas em 2011 e da 17ª edição do Prêmio.

O Concurso visa a identificar, premiar e disseminar iniciativas inovadoras de gestão pública. Busca ainda valorizar o trabalho de servidores públicos que, com seus esforços e criatividade, transformam ideias em ações inovadoras, beneficiando cidadãos. Ao longo de 16 anos, foram 1.537 iniciativas inscritas e 321 premiadas. A solenidade contou com a presença do presidente da ENAP, Paulo

Carvalho, e da ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior.

Também integraram a mesa de premiação os secretários executivos do Ministério da Educação, José Henrique Paim Fernandes; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rômulo Paes de Sousa; e do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani; a secretária de Inspeção do Trabalho, Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, do Ministério do Trabalho e Emprego; o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, José Carlos Wanderley Dias de Freitas; e a secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência, Elisete Berchiol.

O presidente da ENAP, Paulo Carvalho, destacou os objetivos do Prêmio: reconhecer o trabalho de equipes de servidores públicos dedicadas a gerar inovação, incentivá-la na gestão pública e disseminar as soluções. “As equipes que promoveram essas inovações merecem nosso reconhecimento e valorização pelo esforço, compromisso e dedicação, que transformaram uma pequena mudança numa inovação capaz de produzir resultados positivos para as instituições e para os cidadãos”, disse.

Para o presidente, uma importante característica do Concurso é a valorização tanto das grandes quanto das pequenas inovações; das mudanças incrementais, bem como das radicais. “O conceito de inovação usado prioriza mudanças de gestão com foco na obtenção de resultados positivos, como aquelas que ocorrem quando há reformulação de processos de trabalho, de produtos ou de programas que já existiam na organização”, explicou.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, esteve presente na mesa de entrega dos prêmios às iniciativas vencedoras. Ela observou a importância do Prêmio – do qual foi membro do comitê julgador

em diversas ocasiões – para a administração pública como instrumento de divulgação dessas iniciativas. Isso porque, na sua visão, as equipes podem se espelhar nas experiências replicáveis e tomá-las como incentivo para novas práticas inovadoras na gestão pública. “O Concurso tem papel de amplificar inovações não só no âmbito do governo federal, mas também dos demais entes da Federação”, explicou.

Miriam Belchior destacou bons exemplos de inovação do governo, que pretendem alcançar o ideal de fazer mais e melhor com menos. “Quem lida com inovação sabe que esse é um processo contínuo. Um dos resultados que apontam os estudos feitos com as iniciativas vencedoras é a perenidade dessas experiências, característica da maior importância. Assim, gostaria de convidar cada equipe a preservar avanços que já conseguiram. Mas não se contentar e tentar superar e fazer ainda melhor”, concluiu.

Além das viagens, foram ofertados aos vencedores cursos da ENAP – entre os quais, o de Especialização em Gestão Pública –, assinatura da Revista do Serviço Público, publicação dos relatos em livro, certificado e Selo Inovação. Iniciativa da ENAP, em parceria com o MP, o Prêmio conta com o apoio, para as premiações, da Embaixada da França, da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Embaixada Real da Noruega.

Temáticas

“Olhando o perfil das iniciativas, podemos identificar que muitas delas são voltadas para a melhoria dos processos e para a gestão da informação. O que significa que já há muito estamos nos preparando para a implementação da Lei de Acesso à

Informação, o que é da maior importância. Apreende-se que o Concurso Inovação também promove em última instância a melhoria da cidadania e a garantia de direitos por meio do reconhecimento dessas inovações”. Essa foi a conclusão do representante do comitê julgador do Concurso Inovação Antônio Rito, que é técnico de planejamento de pesquisa na ouvidoria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Rito também mencionou o visível esforço que as equipes vencedoras empreenderam a fim de encontrar caminhos para resolver necessidades institucionais. Segundo ele, a enorme qualificação técnica dos servidores foi outra constatação do comitê. “O resultado do encontro dessas necessidades com a alta qualificação das equipes levou à criatividade que percebemos nessas iniciativas inovadoras”, disse.

A temática de melhoria dos processos de trabalhos, citada por Antônio Rito, obteve o maior número de iniciativas válidas, representando 22,5% das 111 inscritas nessa edição, sendo três vencedoras. As 10 ações mais bem colocadas se dividem em: “Arranjos institucionais para coordenação e/ou implementação de políticas públicas”, com três vencedoras; “Atendimento ao cidadão”, com uma iniciativa; “Avaliação e monitoramento de políticas públicas”, também com uma; “Gestão da Informação” tem duas vencedoras; e três experiências vencedoras se enquadram na temática “Melhorias dos processos de trabalho”.

Como explicitado na fala do presidente da ENAP, a diversidade de temas demonstra que o Prêmio atrai práticas de diversos campos da gestão. Todas as premiadas fazem parte do banco de soluções, o que é importante tanto para a divulgação junto à sociedade quanto para o

compartilhamento de experiências bem-sucedidas entre as instituições.

Os vencedores

Primeira colocada, a experiência da Receita Federal busca a extinção do uso de papel nos processos dentro do órgão público mediante a criação do Processo Administrativo Digital (e-Processo). O sistema foi implantado em todas as áreas de negócios de 700 unidades administrativas, com 33 mil servidores conectados nos três órgãos públicos federais: Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O representante da equipe, Marcelo de Sousa Silva, detalhou a iniciativa na soleni-

“Vencedores foram agraciados com visitas técnicas internacionais e bolsas para cursos da ENAP, durante cerimônia em que também foi lançado o 17º Concurso”

dade de premiação. “Como seria o trabalho de cada um de nós se um atraso de 90 dias de um e-mail necessário para dar continuidade ao processo fosse a regra? Essa é a forma como nosso serviço público trabalha e funciona. Essa é a realidade dos órgãos públicos em geral: a lida com papel. Ele ainda permanece no nosso dia a dia, porque tem algumas qualidades que nenhum outro meio consegue substituir, exceto um: a imagem do papel”, assim ele explicou o conceito do projeto.

Segundo a equipe, o Sistema permite uma reorganização administrativa. A prática



é uma inovação porque o uso da imagem do papel rompe a barreira física e temporal de controle concentrado e local, além de permitir o controle amplo, difuso, atemporal e a distância, graças à transparência e à rastreabilidade garantidas pela tecnologia da informação.

Na segunda colocação, ficou o “Portal do Software Público”, do Ministério do Planejamento. A Iniciativa, que ganhou o direito de realizar uma visita técnica para um dos países da América Latina ou da África, que mantenha acordo de cooperação com a ABC, conseguiu racionalizar a gestão dos recursos de informática, compartilhar soluções de software e incentivar o compartilhamento de soluções entre os órgãos do setor público, de acordo com a Constituição Federal, para mais de 130 mil usuários no Brasil e fora.

A ação inova ao delinear cenários que apontam resultados promissores para gestão de TIC na administração pública. “O Software Público é um modelo que permite livre acesso aos conjuntos de softwares e conteúdos. E o que é mais importante: ele permite que o usuário não

só o use livremente, mas também procure qualquer fornecedor no mercado”, avaliou o responsável pela iniciativa, Corinto Meffe, diretor do Departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento.

De acordo com Meffe, a ideia de inscrever a iniciativa existiu desde o início do projeto, em 2003. A equipe decidiu esperar, no entanto, para que a ação estivesse estruturada o suficiente para ser apresentada ao comitê julgador. A espera rendeu frutos. Entre eles, atividades que aguardavam para serem iniciadas obtiveram a atenção necessária. “Um prêmio reconhecido como o do Concurso Inovação gera uma agenda muito positiva, mina resistências e ajuda na evolução da iniciativa”, explicou Corinto Meffe.

Inovações

O Departamento de Polícia Federal, por meio de sua prática inovadora – “Spade-PRO – Sistema de Prospecção e Análise de Desvios em Exames (provas objetivas)” –, conquistou o terceiro lugar no Prêmio. A

iniciativa foi contemplada com uma visita técnica à França. O Sistema consiste em identificar suspeitos de fraudar provas objetivas de concursos públicos. Entre os resultados, estão mais de 70 concursos públicos auditados, três exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e indiciamento de mais de 200 pessoas por suspeitas de fraudes em concursos.

Para a equipe que concebeu o projeto, a experiência traz novidades porque até o desenvolvimento do Spade-PRO não era possível verificar se existiam indícios de fraudes nos concursos para ingresso nos cargos e empregos da administração pública. Além de identificar indícios de fraudes, o sistema torna possível instaurar procedimentos criminais para punir os responsáveis pelos atos ilícitos.

Na quarta posição, ficou a experiência “Compras públicas sustentáveis”, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que conquistou uma viagem à Alemanha (ou a um país que tenha cooperação técnica com a Alemanha). Segundo Renato Cader, responsável pelo projeto e representante da equipe, a decisão de se inscrever no Concurso surgiu da percepção de o projeto representar algo novo – a primeira compra compartilhada sustentável feita no âmbito da administração pública federal.

Entre os desafios do Instituto, estava a possibilidade de o potencial do projeto ser incompreendido, o que frearia o processo. “Nossa principal angústia era em relação à resistência que a iniciativa poderia sofrer por conta da crença de que produtos sustentáveis são mais caros. No entanto, com a compra compartilhada, provamos que o uso do benefício em escala abaixou consideravelmente o preço”. Ainda segundo Cader, a iniciativa foi bem-sucedida porque conseguiu conciliar o tripé

da sustentabilidade: os aspectos humano, econômico e ambiental.

Sobre as perspectivas futuras para a iniciativa, Renato Cader explicou que a segunda compra já foi realizada, com a organização a cargo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E a terceira será liderada por um órgão diferente dos dois primeiros, com o intuito de compartilhar conhecimento e expertise. “O prêmio do Concurso Inovação será um catalisador e impulsionador da prática para órgãos de toda a administração pública federal”, comemorou.

A quinta colocação ficou com a iniciativa “Sistema de Registro Eletrônico de Ponto”, do Ministério do Trabalho e Emprego, que fará uma viagem à Noruega; em sexto lugar, a prática inovadora “Atividade Pioneira na Polícia Rodoviária Federal e no Brasil – Fiscalização de excesso de peso” também terá o direito de ir a algum país da América Latina ou da África.

Conheça as iniciativas vencedoras da 16ª edição do Concurso Inovação

1º Lugar: e-Processo - Processos Administrativos Digitais

Instituição: Receita Federal do Brasil

Área temática: Melhoria dos processos de trabalho



A iniciativa visa à extinção do uso de papel nos processos dentro do órgão público mediante a criação do Processo Administrativo Digital (e-Processo). A promoção da transparência dos atos públicos, com gestão do conhecimento, maior autonomia e descentralização administrativa, fortalece a democracia, bem como melhora o ambiente de negócio e a confiança no governo. O Sistema foi implantado em todas as áreas de negócios de 700 unidades administrativas, com 33 mil servidores conectados nos três órgãos públicos federais: Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A substituição de um documento papel por um documento imagem tem o condão de promover no Estado uma verdadeira reengenharia procedimental e administrativa.

2º Lugar: Portal do Software Público Brasileiro

Instituição: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Área temática: Arranjos institucionais para coordenação e/ou implementação de políticas públicas

O Portal do Software Público Brasileiro consolida-se como uma iniciativa que conseguiu criar um ambiente comum para compartilhar soluções de software no setor

público; racionalizar a gestão dos recursos de informática; reaproveitar as soluções de software existentes para diminuir custos e atividades redundantes; estabelecer parcerias e ações cooperadas; reforçar a política pública de estimular o uso de software livre; e definir uma forma de licenciamento de software que sustente o compartilhamento de soluções entre os órgãos do setor público de acordo com as prerrogativas legais brasileiras e da Constituição Federal. A prática trouxe como inovação o compartilhamento de “software público”, que oficializou um novo modelo de licenciamento e de gestão das soluções desenvolvidas na administração pública, estabelecendo parceria entre diversos órgãos, instituições, empresas e cidadãos, e hoje conta com mais de 100 mil participantes.

3º Lugar: Spade-PRO – Sistema de Prospecção e Análise de Desvios em Exames (Provas Objetivas)

Instituição: Departamento de Polícia Federal

Área temática: Gestão da informação

A iniciativa foi desenvolvida e aplicada durante a “Operação Tormenta”, da Polícia Federal (PF), para identificar suspeitos de fraudar provas objetivas de concursos públicos. O Sistema de Prospecção e Análise de Desvios em Exames (Spade-PRO) serviu de base para auditar os concursos pú-



blicos realizados pela PF nos anos de 2001, 2004 e 2009. Em razão da efetividade do Sistema, sua utilização foi estendida aos concursos públicos realizados pelas seguintes instituições: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os dados obtidos, utilizados nas ações criminais que apuraram a responsabilidade pelas fraudes, foram fundamentais para evitar o ingresso ilegal de pessoas no serviço público. O sistema será adotado pela Polícia Federal para auditar os próximos concursos do órgão e está disponível para ser aplicado por qualquer instituição que solicite a realização da auditoria em seus processos seletivos.

4º Lugar: Compras Públicas Sustentáveis: Uma Experiência de Compra Sustentável Compartilhada no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Instituição: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Área temática: Melhoria dos processos de trabalho

A Diretoria de Gestão do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), motivada pelo desejo de contribuir para adoção de um novo paradigma de consumo na administração pública, implementou a

compra compartilhada sustentável de 48 itens de material de expediente com 10 órgãos da administração pública federal. Essa foi considerada, pelo Ministério do Planejamento, como a primeira compra compartilhada sustentável do governo federal. O projeto, por ser compartilhado, permitiu efetivamente o ganho de escala, gerando uma economia de aproximadamente 50% do valor estimado. Os órgãos participantes e a equipe do JBRJ empenharam-se na implementação do projeto. O cadastramento dos produtos no ComprasNet permitiu a codificação dos primeiros produtos sustentáveis de material de expediente. Adotou-se, portanto, uma medida inovadora, que colaborará para a redução do impacto ambiental decorrente do consumo nos órgãos públicos, ao encontro da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

5º Lugar: Sistema de Registro Eletrônico de Ponto

Instituição: Ministério do Trabalho e Emprego

Área temática: Gestão da informação
O Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP) representou um importante avanço nos instrumentos de proteção e de segurança dos trabalhadores e das empresas que utilizam o ponto eletrônico. Ele coíbe fraudes de alteração dos horários



efetivamente registrados, de supressão ou de impedimento na marcação de horas extras. Após investigação das modalidades de fraudes e dos sistemas que propiciavam as adulterações, a equipe técnica do Ministério do Trabalho desenvolveu o modelo de regulamentação, consolidado na Portaria nº 1.510/2009, que garante as marcações dos horários de jornada de trabalho sem possibilidade de adulteração. O SREP é composto de um *hardware* e de um software. O *hardware*, Registrador Eletrônico de Ponto (REP), preserva as marcações de ponto e fornece ao trabalhador o seu comprovante. O software opera nos computadores das empresas, permitindo o tratamento seguro dos dados para pagamento das horas trabalhadas. Só em 2010, o SREP recuperou uma sonegação de R\$ 1,5 bilhão em salários e R\$ 446,6 milhões em contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6º Lugar: Atividade Pioneira na Polícia Rodoviária Federal e no Brasil – Fiscalização de excesso de peso

Instituição: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Área temática: Arranjos institucionais para coordenação e/ou implementação de políticas públicas

Anteriormente à implementação da iniciativa, a situação encontrada no trabalho de fiscalização do excesso de peso nos veículos que transitam nas rodovias federais era a de que as multas aplicadas não surtiram o efeito de inibir tal prática, uma vez que se destinavam somente aos proprietários dos veículos. Atualmente, após a detecção e autuação do excesso de peso, confecciona-se um Boletim de Ocorrência Policial, que é encaminhado ao Ministério Público Federal, visando à responsabilização das empresas que embarcaram as cargas. A

partir daí, os envolvidos são acionados judicialmente e é apresentado o Termo de Ajuste de Conduta. Após o acionamento judicial, as empresas se comprometem a não mais transitarem com excesso de peso e assim o fazem. Todo esse serviço é divulgado pela mídia (emissoras de TV, rádios e jornais) e por meio da assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal de Minas Gerais. Sempre acompanhada pelo Poder Judiciário, essa inovação já é vivenciada em algumas cidades e, em outras, está em fase de estudos.

7º Lugar: Aviso para Requerimento de Benefício

Instituição: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Área temática: Atendimento ao cidadão

O INSS não mantinha uma relação próxima com seus segurados no que diz respeito a mantê-los informados acerca do direito à aposentadoria urbana por idade, quando esse era adquirido. Não havia uma ação proativa de gestão quanto aos que estariam implementando direitos e aos que necessitariam de orientação e atendimento. Investiu-se na iniciativa de, utilizando os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), identificar todos os segurados que implementariam o direito à aposentadoria por idade. Com base em tais informações, criou-se um novo serviço, que consiste no envio aos segurados do Aviso para Requerimento de Benefício – contendo informações cadastrais, renda mensal estimada e orientações para agendamento do atendimento –, no mês anterior àquele em que o segurado completa a idade mínima exigida. Foram enviados 36.698 avisos e requeridos 29.274 benefícios, o que demonstra o sucesso da iniciativa.

8º Lugar: O Censo Suas como processo de aprimoramento e institucionalização da Política de Assistência Social no Brasil

Instituição: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Área temática: Avaliação e monitoramento de políticas públicas

O Censo Suas é um processo de monitoramento que coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas secretarias e conselhos de assistência social. É realizado anualmente desde 2007, por meio de uma ação integrada entre as secretarias de Assistência Social e de Avaliação e Gestão da Informação. Esse processo alcançou sua maturidade com a incorporação de novos questionários para a coleta de informações sobre órgãos gestores, conselhos e entidades privadas de assistência social. Em 2010, 99,2% dos municípios preencheram 28.519 questionários. Assim, a assistência social aprimorou seu processo de tomada de decisão, expandindo a rede e a cobertura dos serviços. Com os indicadores e as metas de desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), apurados com base no Censo, foram retroalimentadas ações e projetos de assistência social, instituídos processos gradativos de adequação dos serviços às normas e constituídos processos de planejamento para melhoria da gestão do Suas e do controle social.

9º Lugar: Registro de Preços Nacional (RPN)

Instituição: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Área temática: Arranjos institucionais para coordenação e/ou implementação de políticas públicas

Implementação de modelo gerencial de compras governamentais por meio do

Sistema de Registro de Preços (SRP), chamado Registro de Preços Nacional (RPN), no qual são elaboradas especificações de materiais, em atendimento às demandas dos alunos do sistema de educação básica brasileiro (estados e municípios), proporcionando adequação às reais necessidades de seus usuários e maior qualidade. A ferramenta é baseada em arranjo institucional entre entes públicos e privados, visando à padronização, adequação e qualidade dos produtos adquiridos. Dessa forma, o governo federal vale-se do conhecimento dos seus diversos órgãos e técnicos para realizar um único processo de compra para todo o país sem, necessariamente, precisar efetivar qualquer contrato, disponibilizando apenas o registro de preços, obtido por meio de prego eletrônico. Assim, o processo de aquisição se torna menos burocrático e oneroso, primando pelos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

10º Lugar: Vistorias de Aeronaves – Centralização do Planejamento e Controle

Instituição: Agência Nacional de Aviação Civil

Área temática: Melhoria dos processos de trabalho

A ideia da centralização surgiu do objetivo de permitir que os usuários da aviação civil em todo o país tivessem um tempo de espera igual para a realização de vistorias. A partir do dia 4 de janeiro de 2010, então, foi instituída a forma centralizada do controle das vistorias de aeronaves buscando a melhoria e a agilidade do processo. Trata-se de uma centralização virtual, pois cada inspetor permaneceu sediado em seu próprio local de origem, porém cumprindo as missões definidas pela coordenação central, a fim de atender à vistoria em qualquer ponto do território nacional.

Classificação das dez iniciativas premiadas

1º	e-Processo – Processos administrativos digitais, da Receita Federal do Brasil
2º	Portal do Software Público Brasileiro, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
3º	Spade-PRO – Sistema de prospecção e análise de desvios em exames, do Departamento de Polícia Federal
4º	Compras Públicas Sustentáveis: Uma experiência de compra sustentável compartilhada, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
5º	Sistema de Registro Eletrônico de Preço, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
6º	Atividade Pioneira na Polícia Rodoviária Federal e no Brasil – Fiscalização de excesso de peso, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
7º	Aviso para requerimento de Benefício, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
8º	O Censo Suas como processo de aprimoramento e institucionalização da Política de Assistência Social no Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
9º	Registro de Preços Nacional, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
10º	Vistoria de aeronaves – Centralização do planejamento e controle, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)
